



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE XINGUARA

REQUERIMENTO N° 31/2026

Xinguara, 07 de abril de 2026

Ao Ilmo. Sr. Presidente.

Nos termos regimentais, venho através do presente Requerimento, solicitar à Mesa Diretora, após ouvido o Plenário, **que seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, solicitando as seguintes informações referentes ao programa de Tratamento Fora do Domicílio (TFD):**

Justificativa:

Considerando que o TFD é um direito assegurado aos pacientes que necessitam de tratamento médico fora do município, sendo essencial para garantir acesso à saúde; este vereador tem recebido diversas reclamações de munícipes acerca de atrasos nos pagamentos dos auxílios financeiros vinculados ao TFD. Também há relatos de insatisfação quanto ao novo modelo de pagamento instituído por meio de portaria, o qual, segundo os beneficiários, tem reduzido significativamente os valores repassados, tornando-os insuficientes para cobrir despesas básicas como alimentação, transporte e estadia. Tais situações podem comprometer diretamente a continuidade dos tratamentos e a dignidade dos pacientes e seus acompanhantes.

O presente requerimento visa garantir transparência na gestão pública e, principalmente, assegurar que pacientes em situação de vulnerabilidade tenham acesso digno e adequado ao tratamento de saúde fora do município. As constantes reclamações da população demonstram a necessidade urgente de esclarecimentos e, se necessário, de revisão das medidas adotadas.

Diante disso, requer:

- Informar qual o modelo atual adotado para pagamento do TFD, especificando a portaria que regulamenta o novo formato;
- Esclarecer quais foram os critérios técnicos e legais utilizados para eventual redução dos valores pagos aos beneficiários;



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE XINGUARA

- Apresentar a tabela atual de valores pagos, discriminando por tipo de tratamento, destino e número de dias;
- Informar se há atrasos nos pagamentos, e em caso positivo:
- Quais os motivos;
- Qual a previsão de regularização;
- Informar quantos pacientes estão atualmente cadastrados e ativos no programa de TFD no município;
- Detalhar o fluxo administrativo para liberação e pagamento do benefício, desde a solicitação até o repasse ao paciente;
- Informar se há previsão de revisão dos valores pagos, considerando o aumento do custo de vida e das despesas com deslocamento;
- Encaminhar cópia da portaria vigente, bem como de eventuais alterações recentes relacionadas ao TFD;
- Informar se o município tem recebido regularmente os recursos estaduais e federais destinados ao TFD e como estes estão sendo aplicados.

Nestes termos, pede deferimento.

Thiago Alves Torres
Vereador – UNIÃO